

MODALIDADE: ATORES E ATRIZES DO SISTEMA DE JUSTIÇA**Nome da prática: O Protagonismo das Mulheres Indígenas**

Resumo da experiência, atividade, ação, projeto, programa, produção científica ou trabalho acadêmico

Projeto voltado para a orientação sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher, com enfoque nas violências praticadas contra as mulheres indígenas. Visa ao levantamento das condições de vida, trabalho, saúde e habitação dos povos indígenas, residentes em aldeias urbanas no município de Campo Grande, e das mulheres indígenas trabalhadoras na feira indígena localizada no Mercado Municipal da capital, para mensurar o entorno social no qual vivem tais populações, com o fim de melhor recomendar políticas públicas de proteção aos direitos humanos de referidas comunidades tradicionais.

Efetivo cumprimento da Resolução CNJ nº 254/2018 com a estruturação do aparato institucional de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, nos últimos 2 (dois) anos:

Liste (i) as varas existentes que foram especializadas; (ii) as novas varas exclusivas de violência doméstica que foram criadas; (iii) as equipes multidisciplinares que foram destinadas a vara não especializada já existente; (iv) as equipes multidisciplinares exclusivamente dedicada à Coordenadoria da Mulher, com pelo menos 1 psicólogo e 1 assistente social.

Justificativa e Objetivos

Mato Grosso do Sul é o estado da federação com a segunda maior população indígena do Brasil. Aqui abrigam-se diversas etnias como Terena, Guarany, Kaiowá, Bororó, Kadiwéu e Guató. A população indígena passou por décadas de custódia estatal, antes em sua maioria habitava as matas e a área rural e estavam voltadas apenas para as suas tradições. Hoje, porém, grande parte da população indígena tem realizado um êxodo para as regiões urbanas, com o fim de melhores condições de vida, e nelas tem se inserido, buscando alternativas de sobrevivência para si e para as futuras gerações, como: trabalho, escolarização e profissionalização, saúde, habitação, etc. Também se observa que há uma lacuna nas políticas públicas para o fiel atendimento às

necessidades desta população, por conta das suas peculiaridades, que as fazem singulares, e da necessidade de integração em uma sociedade plural. Infelizmente, a violência de forma geral e a violência contra a mulher também são fenômenos que atingem essa população, mas ainda se desconhecem os índices de ocorrência no estado. Com isto, surge a necessidade de retirar as mulheres indígenas da invisibilidade social que vivem nas cidades, pois estas, por muitas vezes, tem sido vítimas de violência familiar e institucional. E da necessidade de levantar dados sobre as comunidades indígenas urbanas de Campo Grande e conhecer a realidade social, econômica e cultural das mesmas, contribuindo para o empoderamento das mulheres indígenas, as diversidades e preservando as suas tradições.

Critérios previstos no art. 12

A - Qualidade:

Padronizamos a forma de atendimento nas comunidades indígenas, onde, por meio da metodologia estabelecida, aplicamos as melhores boas práticas no atendimento, disseminação de conhecimentos e distribuimos material publicitário na língua guarani, assim promovendo um ambiente com melhor qualidade de vida, físico e psicológico dessas mulheres. Todo trabalho também foi voltado para que esses agentes fossem multiplicadores dos conhecimentos, atuando de forma proativa na disseminação para sua comunidade e adjacências.

B - Relevância:

O projeto teve um grande destaque a nível nacional, sendo premiado no Prêmio CNMP e servindo de base para que outros órgãos pudessem também implementá-lo. Notamos um aumento exponencial no número de denúncias partindo dessas comunidades, o que mostra a grande relevância do mesmo para resolução deste problema que antes era desconhecido por todos.

C - Alcance Social:

Todos os encontros foram amplamente divulgados e feitos de forma aberta, com participação não somente dos integrantes daquela comunidade, mas aberto a todos aqueles que quisessem se fazer presentes. Não houve custos envolvidos na execução do projeto, já que a locomoção e alimentação dos envolvidos foram custeadas por eles próprios.

D - Replicabilidade:

O projeto é totalmente replicável sem que haja custo para a instituição que queira implantá-lo. O MPMS se coloca a total disposição para promover a cedência da metodologia e de todo conhecimento adquirido para todo e qualquer órgão que queira replicar.

E – Resultados:

Resultados obtidos: foi estabelecido um diálogo com as lideranças indígenas, que aceitaram a execução do projeto nas comunidades e também aderiram às ações propostas.

Levantamento de dados e informações sobre a violência doméstica existente em tais comunidades e sobre suas condições de vida e reivindicações.

F - Criatividade e Inovação:

O projeto foi pioneiro a nível Brasil por tratar um assunto tão específico dentro de aldeias indígenas, tendo assim que quebrar paradigmas tais como questões culturais de certas comunidades no que tange a figura masculina poder agredir sua esposa como sendo parte de seus costumes. Levar esse assunto a locais em que ele nunca chegou foi um grande desafio e promoveu uma grande inovação para todos que ali se faziam presentes, bem como para o MPMS.

Indicação de demais parceiros/participantes, se for o caso;

Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul,

Lideranças das Aldeias Urbanas Tarsila do Amaral e Santa Mônica, e liderança indígenas que trabalham na Feira do Mercado Municipal de Campo Grande - MS.

Anexo de documentos em formato PDF que demonstrem os resultados da prática

<https://formularios.cnj.jus.br/index.php?gf-download=2023%2F07%2FVozes.zip&form-id=572&field-id=17&hash=084bda0f975eb6c722bf6dd92917d512bb1e4910130aa970e0c7e679e6180914>

Links de mídias, como fotos e vídeos, que demonstrem os resultados da prática
